

# Educação Popular e Participação: um problema pós-moderno?

*Eneida Leão*

## Indagações Iniciais

Antes de qualquer “consideração inicial”, espaço tão comum nos artigos, em que o autor explicita seu objeto, suas categorias de análise ou, até mesmo, o processo que o levou a tal pesquisa, surgem na minha mente, como fatores essenciais, algumas questões:

Afinal, o que é educação popular?

Em que grau a participação do educando no processo de ensino aprendizagem está relacionada com o exercício/conquista de sua cidadania?

Como a educação popular pode se tornar possível num contexto social pós-moderno?

Sem dúvida, estas são apenas algumas das inquietações que se apresentam a qualquer pesquisador que se propõe a estudar a questão da participação no cerne da educação popular. Assim, pretendo, na medida do possível, reintroduzir o problema no debate acadêmico.

## Breves Reflexões

A cada minuto que passa, o cotidiano vem nos demonstrando as diversas contradições que estamos vivendo. Momentos de tensão social e apatia, a busca da alienação como “válvula de escape”, a miséria crescente e o sonho consumista, a luta pela conquista da cidadania e a descrença na política, enfim, o “organizado caos” urbano pós-moderno. Esse “organizado caos” traduz a grande contradição do modo de vida urbano que dentro de sua aparente desorganização se estrutura numa lógica própria e complexa, com um sistema de valores, normas e relações sociais específico, com papéis e atores sociais definidos, inclusive entre os excluídos, os marginalizados.

A sociedade urbana é marcada pelo individualismo e anonimato de seus integrantes, que ao mesmo tempo que buscam se diferenciar uns dos outros, procuram pontos em comum, que os integrem num mesmo grupo. Esse mesmo sentimento ocorre em relação às comunidades que acabam se estabelecendo, e um dos seus grandes problemas é alcançar o equilíbrio entre a

identificação e a distinção de seus integrantes e a sua própria identificação e distinção com as demais coletividades que formam a cidade. Assim, as relações e ritmos de vida, peculiares dos grandes centros urbanos, fazem com que seus atores sociais, na busca da diferenciação e individualização, tendam a se comportar de maneira semelhante. A moda surge para uniformizar e distinguir ao mesmo tempo. Desde roupas e restaurantes, à linguagem e tendências intelectuais; estabelece-se um comportamento massificado.

A sociedade de massas se apresenta: algumas poucas opções de “rostos” são formadas para serem consumidas por milhares de habitantes.

Dessa contradição de sentimentos e representações da sociedade urbana pós-moderna, nasce um sujeito sem identidade própria, um ser amorfo, narcisista e niilista,

mais um integrante da legião de “desertores sociais” que se forma.

A sociedade moderna cede lugar à sociedade do simulacro, à sociedade virtual e multimídia.

Esta apoteótica transformação já está se processando. O “espírito” pós-moderno paira sobre a sociedade brasileira e... e daí?

De todas estas inquietações, cabe-nos algumas reflexões que, certamente, auxiliarão (ou problematizarão) o debate acerca da educação popular e da participação.

Numa sociedade como a nossa (em que coexistem diversas correntes de pensamento e representação, desde o positivismo, o barroco, o iluminismo, até o modernismo, a tecnociência, enfim, a geléia total, indefinida e pós-moderna, que vai da arquitetura, das artes, às políticas institucionais, à educação, à religião etc), torna-se delicado tocar na questão da educação popular, da cidadania e



da participação, sem correremos o risco de nos perdermos num discurso romântico, desvinculado do real (e como pós-moderno, um real abstrato, numa sociedade pautada em signos). Porém, a “desertarmos”, preferimos, num arroubo modernista “andradeano”, retomar a discussão.

Segundo a Constituição brasileira:

*“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania (...).”*

Exemplo legítimo da contradição social que vivemos. O Estado se compromete e se abstém, dividindo responsabilidades com a família (instituição cada vez mais ausente) e o restante da sociedade. Assim, se teoricamente todos são responsáveis, acaba que, na prática, ninguém o é.

Cidadania, direito e dever. Segundo Luckesi,

*“(...) cidadania como posse plena dos direitos e o exercício dos deveres por todos os membros de uma sociedade. Isso implica a realização dos direitos civis (...), dos direitos políticos (...), dos direitos sociais (...). Por outro lado, a cidadania implica o exercício de deveres para a realização do bem-estar de todos os membros da sociedade (...).”*

Numa sociedade individualista/capitalista, falar em cidadania enquanto direitos (que não são atendidos) e deveres (que a maioria das pessoas não quer cumprir, só o faz por obrigatoriedade) parece completa abstração. Contudo, esta tem sido a grande bandeira da educação popular.

Educação popular vista como educação feita **pelo** povo e não **para** o povo. Distinção que não é meramente preposicional, que guarda em si a questão da participação. A dialética se faz cada vez mais presente neste processo. Aliás, ela é o motor que o impulsiona e caracteriza como “popular”.

Desta forma, se atentarmos para a educação popular como um processo dialético, transformador e participativo, vemos o quanto é redundante esse trinômio. Afinal, o processo já é em si dinâmico, dialético e transformador e, só é, em função da participação de seus atores.

Tal reviravolta semântica (influências pós-modernas à vista) causa grande estranheza quando analisamos a educação popular sendo posta em prática e verificamos que tais características são apagadas (é claro, existem louváveis exceções). Nesta instância, o transformar cede lugar ao formar e

o exercício/conquista da cidadania que se busca submerge face à burocratização e normatização do ensino.

Assim, voltamos às nossas indagações iniciais:

O que é educação popular?

Se a participação é fundamental para a sua concretização, como a educação popular pode se tornar possível, num contexto social pós-moderno, em que os atores sociais abrem mão do direito de exercer sua cidadania? Dessa forma, tanto o objetivo da educação popular (conquista da cidadania) como a forma de alcançá-lo (participação) não estariam em xeque?

### Perturbações finais?

As perturbações e indagações persistem.

O que gratifica, e desponta como expectativa, é que a partir delas se pode pôr em prática o processo de educação popular. No diálogo, em busca de respostas, na troca de experiências, pesquisadores, cientistas sociais, em conjunto com a sociedade, exercem o seu direito de cidadãos e podem, a partir deste exercício, legitimar a cidadania efetiva.

Cidadania que se conquista exercendo, como tantos pensadores tiveram a humildade de fazer. Como Oswald de Andrade, no Rei da Vela, que mata o arrivista tupiniquim para denunciar a decadência de uma sociedade às margens do imperialismo.

Entende-se a educação popular como um processo educativo não-formal pautado na participação do educador e do educando na construção do conhecimento. Este processo de troca não se limita a um espaço ou período de tempo, ele extrapola a sala de aula e se impõe como diálogo constante do sujeito com o seu dia-a-dia e dos sujeitos entre si.

Desta forma, a participação apresenta-se como mola propulsora da dinâmica educativa que objetiva assegurar a conscientização para a elaboração de um projeto de busca do exercício da cidadania.

Como o Brasil está num momento de transição do modernismo (das grandes fábricas, da linha de produção) para o pós-modernismo (da tecnociência, dos *mass media*, da era da informa(tiza)ção e da descrença nas instituições), a participação no processo de educação popular fica fragilizada.

Considerando o pós-moderno como um momento social em que o real cede ao virtual, e sendo os atores sociais levados ao narcisismo, ao consumismo e ao hedonismo, ao mesmo tempo em que perdem a crença nas grandes bandeiras de luta modernas,

como a revolução ou a sociedade livre, inserindo-se nas microcausas, corporativas e individualistas, a educação popular corre o risco de dissolver-se enquanto proposta transformadora.

Cidadania - não como direito individual, mas sim coletivo - como, por exemplo, o direito às unidades básicas da cidade como transporte, habitação etc.

Agora, como conquistá-la?

Como avaliar a intelectualidade pós-moderna? “Como intelectuais orgânicos”? A serviço de que classe? Enquanto “funcionários da superestrutura”, agindo como desmobilizadores de possíveis reações ao poder estabelecido? Ou, quem sabe, como catalisadores de uma crise estrutural, englobando transformações profundas na representação política, social e do próprio pensamento?

Por hora, as respostas a tantas questões são incógnitas. Em relação à participação e à própria educação popular, o “espírito” pós-moderno encarna como ameaça. Mas igualmente como enigma, talvez suscite um debate menos romântico e mais frutífero sobre o problema, possibilitando a formulação de novos conceitos, teorias e práticas.

Conforme adverte Sevcenko, ao pós-moderno impõem-se “a prudência como método, a ironia como crítica, o fragmento como base e o descontínuo como limite.”

### Referências Bibliográficas:

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Artigo 205, 1988.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Civ. Brasileira: Rio de Janeiro, 1979.
- LUCKESI, Cipriano C. *Presença dos Meios de Comunicação na Escola: Utilização Pedagógica e Preparação para a Cidadania*. In: KUNSCH, Margarida Maria K. (org.) *Comunicação e Educação: Caminhos Cruzados*. Loyola: São Paulo, 1986.
- SEVCENKO, Nicolau. O enigma pós-moderno. In: SILVA, Luis Roberto Monteiro da. *A crise da representação no pensamento e na produção cultural contemporânea*. Monografia para mestrado, ECO/UFRJ, 1990.

### Eneida Leão

- Diretora da Contexto Comunicação
- Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Especialista em Sociologia Urbana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Relações Públicas formada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.